

## **A AGRICULTURA CAMPONESA E OS DESAFIOS DO PRONAF NO MUNICÍPIO DO CRATO/CE<sup>1</sup>**

Cícero Erivaldo de Lima<sup>2</sup>

### **Resumo**

Este trabalho busca refletir a agricultura camponesa. Para tanto, objetiva fazer uma análise dos desafios do acesso a recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-PRONAF, tendo como foco principal o Assentamento 10 de abril no Município do Crato, Estado do Ceará, a partir dos anos 1990 e investigar experiências de inovações técnicas e práticas alternativas para o convívio e o uso racional da terra. Para esse estudo, teremos como embasamento metodológico a teoria social de Marx buscando compreender as interpretações de autores que discutem idéia relacionada à visão do campesinato e sua permanência e existência no modo de produção capitalista.

**Palavras chaves:** Agricultura Camponesa – Financiamento– Agroecologia.

### **Introdução**

Quando eu vim do sertão, seu môleço, do meu Bodocó  
A malota era um saco e o cadeado era um nó...<sup>3</sup>

O estudo da agricultura camponesa e das transformações ocorridas no âmbito da produção no campo brasileiro e o espaço agrário são eixos de preocupação social, política e acadêmica. A agricultura camponesa sofreu muitas mudanças, mas, continua essencial para todos os povos que a exercem, apresentando-se, hoje, como estratégia de garantia de segurança alimentar, bem como de fixação de homens e mulheres nas áreas

---

<sup>1</sup> Este trabalho foi realizado durante o período em que o autor foi Bolsista Internacional da Fundação Ford

<sup>2</sup> Estudante do Mestrado em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia – UFC. Fortaleza – Ceará – Brasil. E-mail: ciceroerivaldo@yahoo.com.br

<sup>3</sup> Pau de Arara Composição: Luiz Gonzaga e Guio de Moraes

rurais. É certo que inúmeras famílias sobrevivem através do trabalho em atividades rurais e este fato não pode ser negligenciado. Muito embora existam ações que estejam sendo desenvolvidas em vários espaços brasileiros no âmbito da agricultura camponesa, há a necessidade de entender os desafios e possibilidades que esta atividade rural tem encontrado ao longo dos anos. Para caracterizar o estudo da agricultura nessa pesquisa foi optado pelo termo: agricultura camponesa, tendo em vista a influência recebida por setores do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais com a criação do PRONAF, no mesmo período do corte histórico definido para as análises dos desafios enfrentado por essa categoria social os anos de 1990. O conceito de agricultura familiar, teoricamente foi entendido como não necessário para compreensão das questões levantadas. Foi levada em consideração às reivindicações conquistadas que são frutos do campesinato, que historicamente resistiu às pressões do capitalismo e se mantiveram no campo.

Nos anos de 1990, período inicial de análise desse trabalho, foi desencadeada uma vasta agenda de mobilizações nacionais, com manifestações, caminhadas e atos como ocupação de terras e de prédios públicos para garantir melhorias e reivindicar demandas locais. Nesse período o Estado alocou recursos públicos com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF<sup>4</sup>, para financiamento de custeio e investimento em atividades em regime de economia familiar. Nesse trabalho trataremos do Pronaf Grupo A e C. Que se destina a área de assentamento.

### **O Agricultor camponês e o Espaço Agrário brasileiro**

Nas últimas décadas a atividade rural e o campo sofreram marcantes transformações, das relações de produção até a permeância ou não das famílias no campo. Os ganhos e os benefícios não representaram avanços que melhorasse de forma significativa a sua vida e da sua família. As mudanças nas atividades no campo são atribuídas a determinadas contradições do próprio sistema capitalista. Os estudos dessa temática apontam para o avanço do capitalismo no campo. Nessa leitura o camponês resistiu a esse avanço. Conforme autores como: José de Sousa Martins (1983; 2003),

---

<sup>4</sup> PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) tem como objetivo o financiamento de custeio e investimento para agricultores que desenvolve atividades em regime de economia familiar. Criado pelo decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996. **Fonte:** Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA.(2001)

Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1993, 1995; 2004 e 2010) e Manoel Correia de Andrade (2005).

A história do campesinato veio do período colonial até os dias atuais marcada de negação e de preconceito. Ao longo do tempo, criaram-se meios de manterem sua existência no campo, Por meio da reação as transformações impostas, surgiram assim estratégias para enfrentamento, partidas das idéias construídas de enfrentamento aos proprietários de terras, através de elementos capazes de gerar resistência e busca a garantia das suas reivindicações. Conforme Martins (1983) diz que:

As palavras ‘camponês’ e ‘campesinato’ são das mais recentes no vocabulário brasileiro, ai chegadas pelo caminho da importação política. Introduzidas em definitivo pelas esquerdas há pouco mais de duas décadas, procuraram dar contar das lutas dos trabalhadores do campo que irromperam em vários pontos do país nos anos cinquentas. Antes disso, um trabalhador parecido, que na Europa e em outros países da América Latina é classificado como camponês, tinha aqui denominações próprias, específicas até em cada região (Martins, 1983 p.21)

Nesse horizonte a origem do campesinato nos remete a um conceito que permaneceu até os dias atuais, não é uma simplesmente designação, de forma abrangente não representa uma conjectura, mas sim uma representação dos diversos anseios nutridos de uma classe social que resiste ao longo do tempo às investidas do capitalismo. Tendo assim todo um significado que não pode ser modificado e reelaborado a qualquer tempo. A idéia do campesinato na sua origem passa, portanto por uma posição política de como interpretar as reivindicações de determinado grupo social.

Sobre a história da formação do Brasil, Martins (1983) diz ainda:

A história brasileira, mesmo aquela cultivada por alguns setores de esquerda, é uma história urbana – uma história dos que mandam e, particularmente, uma história dos que participam do pacto político. A mesma exclusão aliás, afeta também o índio, esse parente próximo do camponês brasileiro. Até hoje não se reconstituiu a história das lutas indígenas no Brasil, as formas do confronto entre índios e brancos que continuam até nossos dias.

Do mesmo modo, quase nada sabemos sobre a resistência e as lutas do escravo negro. A história do Brasil é a história das suas classes dominantes, é uma história de senhores e generais, não é uma história de trabalhadores e de rebeldes (Martins, 1983 p.26)

Assim o camponês luta para poder construir uma história diferente, onde os meios de produção estejam ao alcance dos setores que produz alimentos para as mesas de todos, de forma que não se deseja construir uma categoria que tenha privilégio, mas que possa ser reconhecida no seio da sociedade. O anseio da maioria dos camponeses é a garantia da permanência no campo com condições digna e justa para se viver.

Oliveira (2004) discute o papel da agricultura camponesa, a partir das mudanças estruturais e como elas se configuram no cenário nacional, afirmando que:

O estudo da agricultura brasileira tem sido feito por muitos autores que expressam diferentes vertentes do marxismo. Por exemplo, há autores que defendem o ponto de vista que no Brasil houve feudalismo, ou mesmo relações semifeudais de produção. Por isso, eles advogam a seguinte tese: ‘para que o campo se desenvolva, seria preciso acabar com essas relações feudais ou semifeudais e ampliar o trabalho assalariado no campo’. Para esses autores, a luta dos camponeses contra os latifundiários exprimiria o avanço da sociedade na extinção do feudalismo. Portanto, a luta pela reforma agrária seria um instrumento que faria avançar o capitalismo no campo. (Oliveira 2004 p.34)

O autor em seguida cita os principais nomes dos defensores dessa corrente que afirmam que o capitalismo está penetrando no campo. Posteriormente descreve a outra vertente defensora de que ‘o campo brasileiro já está se desenvolvendo do ponto de vista capitalista, e que os camponeses inevitavelmente irão desaparecer, pois eles seriam uma espécie de ‘resíduo’ social que o progresso capitalista extingiria’. Ou seja, os camponeses, ao tentarem produzir para o mercado, acabariam indo a falência e perderiam suas terras para os bancos, ou mesmo teriam que vendê-las para saldar dívidas, com isso, os camponeses tornar-se-iam proletários.

No debate teórico do desaparecimento ou não campesinato, ressoa ainda sobre o uso de conceitos e nomenclatura direcionada aos camponeses.

Wanderley (1996) afirma que a agricultura camponesa vem a ser uma das formas sociais de agricultura familiar, uma vez que ela se funde entre propriedade, trabalho e família. No entanto, existem particularidades que especificam no interior do conjunto maior da agricultura camponesa, e que dizem respeito aos objetivos da atividade econômica, às experiências de sociabilidade e a forma de sua inserção na sociedade global. Ela afirma, ainda, que a agricultura familiar não é camponesa apenas por ser pequena; mas por sua natureza ser determinada pelas relações internas e externas. A agricultura de subsistência organiza a produção sem vincular a constituição de um patrimônio fundiário. No sentido clássico, são agricultores e não camponeses.

Ainda Na visão de Wanderley (1996): nas sociedades modernas multiplicaram-se outras formas da agricultura familiar não camponesa, no momento em que o modo de produção capitalista pode apropriar-se do lucro do camponês, como faz com todo trabalhador, "pela medição da troca, conservando assim sua forma de pequeno produtor mercantil". Com isso pode perceber que a agricultura se reproduz no interior das sociedades capitalistas e os agricultores camponeses, portanto, utilizam estratégias diferenciadas para sua continuidade no campo, seja resistindo às dificuldades de produzir em pequenas áreas, ou mesmo pagando renda pela utilização da terra de proprietários. Configura assim que no modo de produção capitalista, os grandes empresários tem na atividade dos agricultores camponeses um forte aliado para desenvolver a produção de alimentos e gerar renda, dada a variedade da produção e o trabalho familiar e as relações de cooperação que vão desde a produção até mesmo na comercialização, que tem como destino final, o consumidor.

Schneider (2004) utiliza o termo "Agricultura familiar" para discutir o papel da agricultura, a partir de mudanças estruturais e como elas se configuram no cenário nacional. O autor afirma que:

A análise das novas formas de trabalho e de reprodução dos colonos-operários demonstrou como o assalariamento e as atividades não-agrícolas permitiram que os colonos continuassem vivendo em suas propriedades e em sua comunidade local. A terra e o trabalho na agricultura tiveram seu sentido originário alterado e assumiram características distintas. (SCHNEIDER, p.191, 2004).

Essas novas formas de trabalho apresentado pelo autor diferem da análise dessa

pesquisa tendo em vista que as atividades e estratégias criadas. O que de fato contribuiu para essa permanência foi às experiências desenvolvidas pelas instituições organizativas e de assessoria dos camponeses. Experiências como a captação d'água através das cisternas de placas e as barragens subterrâneas contribuíram para melhoria da qualidade da água utilizada nos lares rurais. Essas experiências por sua vez foram adotadas nos últimos anos como uma política pública do Governo Federal e de governos estaduais, como o do Estado do Ceará, através do programa intitulado 'Por um Milhão de Cisterna' em parceria com ASA (Articulação do semi-árido), instituição que envolve centenas de organizações em todos os Estados do Nordeste e parte do Sudeste.

Por ocasião da pesquisa de campo no Assentamento 10 de abril<sup>5</sup>. Observamos que os meios utilizados na produção agrícola vão além da produção agrícola de cereais (agricultura de sequeiro). Existe no assentamento à criação do gado em área coletiva, a distribuição da produção (leite) se dá de forma igualitária com o número de famílias participantes do trabalho coletivo. Há também o projeto de apicultura financiado pelo PRONAF, onde as familiares participantes comercializam a produção no mercado local, existem ainda os quintais produtivos com o cultivo de hortaliças realizados por mulheres assentadas, através de experiências e o acompanhamento da Associação Cristã de Base – ACB, que organiza a feira agroecológica durante a semana, na sede do município do Crato<sup>6</sup>. Essa última vislumbra uma experiência que difere das tradicionais formas de exploração da produção, visto que existe uma relação direta do produtor e do consumidor que permite um ganho real de sua produção.

Na visão de José de Souza Martins (1983):

... A terra é, pois um instrumento de trabalho qualitativamente diferente dos outros meios de produção. Quando alguém trabalha a terra não é para produzir a terra, mas para produzir o fruto da terra. O fruto da terra pode ser produto do trabalho, mas a própria terra não o é. (MARTINS, 1983.p.159-160).

---

<sup>5</sup> O Assentamento 10 de Abril está localizado no município de Crato – CE, distrito de Monte Alverne, Micro Região do Cariri Cearense, distando 497 km de Fortaleza e 31 km de Crato. (PIANCÓ, A. R. D. e SILVA, J. J. 2009 p.4)

<sup>6</sup> O Município do Crato - Ceará. Localiza-se no sopé da Chapada do Araripe no extremo-sul do estado. Microrregião do Cariri cearense. A cidade situa-se no Cariri Cearense, conhecido por muitos como o "Oásis do Sertão". Distante de Fortaleza 504,4 Km. Faz limite com os municípios de: Barbalha, Caririaçu, Farias Brito, Juazeiro do Norte, Nova Olinda, Santana do Cariri e o município de Éxu localizado Estado de Pernambuco. A sua área geográfica é de 1.009,20 Km<sup>2</sup>, a Latitude é de: 7° 14' 03" e a Longitude é de: 39° 24' 34".

Nessa perspectiva as reivindicações dos camponeses pela terra, não se tornam simplesmente uma questão isolada, mas sim de uma luta de um segmento forte, que precisa se levado em consideração, pois o direito a terra representa, parte das condições de produzi alimentos para milhares de famílias no campo e na cidade. Todas as outras conquistas se somam com a garantia da terra para as necessidades primarias. O que está em confronto no espaço rural brasileiro entre os grandes proprietários e os camponeses sem terra não é apenas uma disputa pela terra, é a questão política das relações de poder e do domínio por parte dos grandes proprietários, que querem manter as relações de exploração da mão-de-obra camponesa. Nesse sentido, o que se pode constatar e que a legislação da terra é questionada pelos segmentos organizados, que buscam a garantia da reforma agrária justa, e que de fato atenda as necessidades do trabalhador do campo.

Andrade (2005) retrata a estrutura fundiária no Nordeste abordando o seguinte:

Acreditamos que uma das causas que mais contribuem para agravar este problema é a estrutura fundiária dominante desde a colonização, e que tende de forma sensível para a concentração da propriedade e a falta de garantia de contratos escritos e respeitados, que permitissem maior estabilidade aos “meeiros” no Agreste e no Sertão e aos lavradores e “foreiros” na Zona da Mata. Na realidade, aqueles que cultivam por conta própria a terra alheia, mesmo pagando regulamente rendas aos proprietários, vêm-se quase sempre sem garantias contra os interesses e, às vezes, a prepotência destes, devido não só a uma legislação omissa e desatualizada, como, principalmente, ao desnível entre o poder econômico e o político existente entre o arrendatário e o médio e grande proprietário. (Andrade 2005 P.62-63)

Com essa situação em que a agricultura camponesa resiste, surgem os conflitos pela terra no Brasil que permanecem, porém, tiveram maior visibilidade na medida em que os movimentos populares passaram a ocupar propriedades públicas e particulares, almejando a garantia de terras. Movimentos como as Ligas Camponesas que foram exemplo de resistência nos anos 1950. São atualmente resgatados por vários movimentos de luta pela terra que se organizam em todo país, como por exemplo: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, que se destacam na sua

organização em todos os estados brasileiros ocupando e conquistando assentamentos para milhares de camponeses.

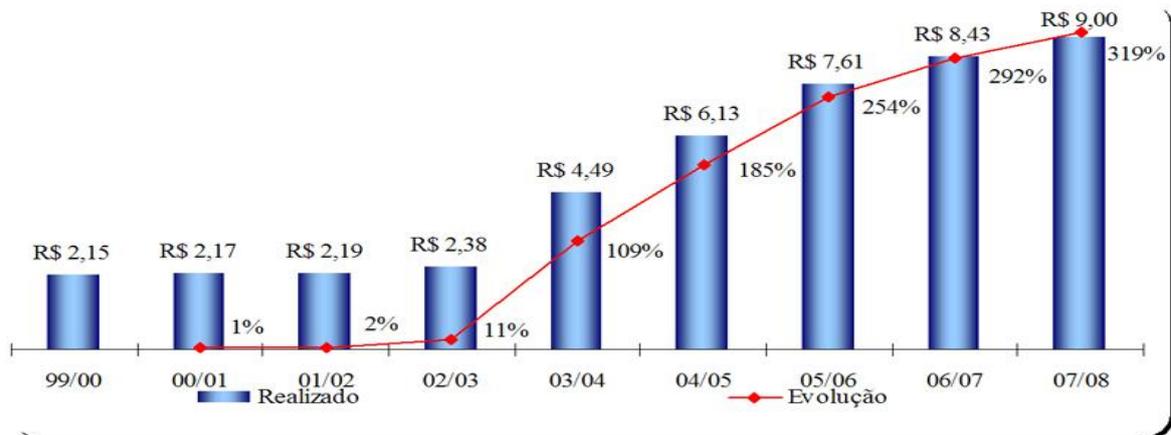
### **As iniciativas sócio-organizativas e a busca pelo direito de acesso ao crédito**

Anterior ao PRONAF poucos recursos e apoio oficiais destinados a este setor da produção agrícola chegaram agricultores camponeses que trabalhavam em regime de economia familiar. Tanto o Estado quanto o próprio camponês assumiram o conceito e o rótulo de “pequeno produtor”, desfavorecendo o acesso dessa categoria aos recursos públicos. Como exemplo o nome de um programa criado anterior ao PRONAF. O Programa de Apoio ao Pequeno produtor - PAPP<sup>7</sup>. Foi reformulado em 1993, em virtude do elevado saldo não desembolsado do financiamento e dos gastos com atividade-meio, como assistência técnica, pesquisa agropecuária e administração do programa, que absorviam parte expressiva dos recursos e não estavam se refletindo em benefícios para as famílias pobres do meio rural.

Conforme dados seguintes do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Atualmente o comportamento da taxa referente à contratação efetiva do crédito frente ao valor disponibilizado já indica que o montante de crédito contratado pelos agricultores do PRONAF tem crescido ano a ano. A primeira grande evolução no montante financiado pelos agricultores familiares foi em 2003/2004, fechando uma contratação de R\$ 4,49 bilhões, representando uma evolução de 109% em relação a 1999/2000. Nos anos seguintes, o crescimento manteve-se sustentado. Em 2004/2005 foi de 185%, representando um financiamento de R\$ 6,13 bilhões. Em 2005/2006, foram financiados R\$ 7,61 bilhões com uma evolução de 254%, sendo que em 2007/2008 rompeu-se a casa dos 300%, perfazendo um financiamento de R\$ 9 bilhões.

---

<sup>7</sup> Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural do Nordeste (PAPP) era um programa de desenvolvimento rural, que contava com financiamento externo de US\$ 826,7 milhões, contratados a partir de 1985 com o Banco Mundial (BIRD). Encontrava-se em execução nos nove estados do Nordeste do país e em Minas Gerais.



Fonte: Secretaria da Agricultura Familiar – SAF do Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA (2011)

Logo no início do PRONAF em 1996 o acesso ao crédito foi dificultado dada ao atraso para liberação dos recursos. Com esse problema veio às mobilizações do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Crato e das instâncias regionais, estaduais e nacionais do movimento sindical. Foram organizadas, manifestações, atos além de encontros e reuniões informativas com técnicos e gerentes, representantes dos bancos. Os dirigentes sindicais e os trabalhadores solicitaram melhores esclarecimentos de como acessar as linhas de crédito do PRONAF. Essas atividades despertaram interesses por parte de vários camponeses e contribuíram para melhor esclarecimento, e posterior acesso ao crédito.

Vários camponeses solicitaram crédito, através de declarações emitidas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Crato e encaminhadas para a elaboração de projetos pelos técnicos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Ceará- EMATECE. Mesmo com centenas de projetos encaminhados e aprovados, os recursos não foram liberados para os trabalhadores rurais iniciarem as atividades em seus roçados, visto que a maioria dos projetos era direcionada para o custeio da produção.

Para garantir a liberação dos recursos e financiamento através dos bancos oficiais resultaram ocupações e atos públicos nas ruas da cidade feitas por agricultores camponeses, em torno da garantia de cumprimento da legislação do referido programa. As atividades de mobilizações de acordo com o Jornal do Cariri em sua página principal destacaram a ocupação do Banco do Brasil em 1998 na cidade do Crato. Após negociação, foram liberados recursos do PRONAF para 29 famílias no município do Crato, juntamente com outros projetos de agricultores camponeses do município vizinho

de Farias Brito que eram atendidos na agência do município do Crato. Dando início assim as operações bancárias com o PRONAF.

Ao se tratar das dificuldades existentes nesse programa de crédito Sousa, (2009) afirma:

Observa-se que os agricultores nordestinos têm renda mais baixa, dificuldades de integração ao mercado e menor capacidade de obtenção de crédito, e necessitam de maior nível de organização. Por si só, essas questões justificam a firme intervenção do Estado, podendo ser minimizadas por meio de uma coerente operacionalização do Pronaf, uma política que objetiva propiciar aos agricultores familiares o aumento da capacidade produtiva, a geração de emprego e a melhoria de renda. (Sousa, 2009 p.69)

Pode-se afirmar que os agricultores camponeses encontram dificuldade para produzirem e quitarem os empréstimos, fato esse confirmado na pesquisa com a tabela abaixo:

**Tabela 1 - Produção Agrícola das famílias do Assentamento 10 de Abril**

A produção agrícola é suficiente para manter a família e quitar o PRONAF?	Qtde Famílias	% do total Entrevistadas
Sim	4	13,3
Não	14	46,7
Não acessaram	12	40,0
<b>TOTAL</b>	<b>30</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa direta, (2010)

Entre as dificuldades mais mencionadas nas falas das famílias pesquisadas está à questão da falta de produção suficiente, para alimentar a família e quitar os empréstimos. A dificuldade aumenta quando o inverno é irregular, o roçado não produziu e falta pastagem para os animais. A busca pelos direitos de acesso ao crédito continuou nos anos seguintes, visto que os movimentos sociais do campo desencadearam uma vasta agenda de mobilizações nacionais para garantir as melhorias reivindicadas pelas demandas locais dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais.

### **Agroecologia e os Quintais produtivos: As inovações técnicas**

As práticas usadas no preparo do solo para o plantio ao longo dos anos no Brasil, principalmente as grandes propriedades com o modelo produtivo da monocultura, provocou desgaste acentuados na maioria das propriedades. Essas áreas, historicamente sempre receberam estímulo nas políticas agrícolas governamentais. Por outro lado, a agricultura praticada por família em pequenas propriedades, quando comparada a outros países, foi um segmento dificultado de desenvolver suas potencialidades enquanto forma de produção social específico e procura desenvolver práticas alternativas para conservação do solo e aumento da produção.

Conforme Marcos (2007):

Muitas são as dificuldades enfrentadas, da repetição de modelos tradicionais de prática agrícola à falta de orientação e assistência técnicas adequadas; da falta de créditos para a produção às dificuldades de comercialização, apenas para citarmos algumas delas. Tais problemas têm colocado aos camponeses a necessidade de unir-se para buscar alternativas ao modelo tradicional de prática agrícola e de comercialização da produção, e é nesse sentido que a agroecologia tem se configurado cada vez mais como uma alternativa para a produção – e comercialização – camponesa nas áreas de assentamentos rurais. A agroecologia é entendida como uma nova abordagem da agricultura, uma base científica que integra diversos aspectos agronômicos, ecológicos e socioeconômicos para a produção de alimentos, capaz de realizar a crítica da agricultura convencional e orientar o correto redesenho e manejo dos agroecossistemas em busca da autossustentabilidade. (Marcos, 2007 p.3)

E nessa perspectiva que a agroecologia é desenvolvida e aplicada em diferentes solos, indispensável para o trabalho com práticas alternativas. Ao se tratar de alternativas destacamos a importância dessa temática que hoje está bastante em foco. Consiste no uso racional da terra, colocada como solução para produção nas pequenas e médias áreas de agricultores camponeses e que promove cuidados com produção e sustentabilidade dos solos para que produzam bem e de forma continuada.

A falta terra e de uma política fundiária que garanta a justa distribuição da terra faz com que as famílias de agricultores passem a preocupação maior com o uso e preservação do solo usado nas atividades agrícolas.

Marcos (2007) afirma:

A agroecologia é entendida enquanto uma nova abordagem da agricultura que integra diversos aspectos agronômicos, ecológicos e socioeconômicos, na avaliação dos efeitos das técnicas agrícolas sobre a produção de alimentos e na sociedade como um todo. Trata-se do resultado de um sistema de produção agrícola que busca manejar, de forma equilibrada, o solo e demais recursos naturais (água, plantas, animais, insetos etc.), conservando-os em longo prazo e mantendo a harmonia desses elementos entre si e com os seres humanos. Desse modo, para se obter um alimento verdadeiramente orgânico, é necessário administrar conhecimentos de diversas ciências para que, através de um trabalho harmonizado com a natureza, se possa ofertar ao consumidor alimentos que promovam não apenas a saúde deste último, mas também do planeta como um todo. (MARCOS, p.6. 2007)

Ao longo da vida no campo dos agricultores, a preocupação com a produção e a quantidade dessa produção levou as famílias a lidarem com a terra de forma agressiva. O cuidado com a rotatividade de cultura e o tempo de uso da mesma área nunca foi uma grande preocupação da maior parte dos trabalhadores rurais da nossa região. Mesmo no semi-árido nordestino onde os níveis pluviométricos são baixos e o período de estiagem chega a passar de nove meses:

Dentre as alternativas de produção, estão as que se relaciona com a sobrevivência e as mudanças das práticas tradicionais de cultivo:

O Sindicato ele mostra as alternativas que tem, porque o trabalhador ele tem condições de ter um criatório de pequenos animais, ele tem condições de criar uma vaca pra sobrevivência dele, do leite, tem condições também de ter um plantio de fruticultura. A questão também do artesanato e tudo isso daí são alternativas. E dentro do trabalho também que a gente tem como

alternativa é o trabalho ao respeito ao meio ambiente e a questão dos defensivos naturais para não atingir o meio ambiente. Mas as alternativas que a gente tem é isso para que o trabalhador melhorar a situação no que diz respeito a questão do trabalho dele a cultura que ele vai trabalhar, que não fique ali, concentrada na questão do milho e do feijão, que trabalha o plantio de sequeiro. A gente sabe que tem lugar, tem região que tem água que dá pra trabalhar no inverno e no verão. (Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município do Crato, 2010)

A idéia de uma justa distribuição da terra está relacionada também a prática do modelo agroecológico de trabalhar a terra, de fortalecer a agricultura camponesa. Nesse entendimento a atividade do agricultor camponês é aos poucos modificada com outras atividades que possibilita a prática de uma agricultura sustentável, embora de maneira ainda tímida, visto que, conforme a fala anterior que se refere aos pequenos proprietários que buscam outras saídas de como produzir.

Outra prática dentro da mesma perspectiva da agroecologia são os quintais produtivos, característicos das pequenas propriedades, várias comunidades vêm através de práticas simples desenvolvendo boa parte da produção de alimentos e até mesmo para comercializar nas feiras locais:

...principalmente são os pequenos mesmos, os agricultores familiares, como são chamados né, mais que trabalham em terras arrendadas, mas são poucos né, a maioria são os pequenos, assim de pequenas áreas, que também quem tem um quintal pequeno, nós trabalhamos em quintal produtivo também e tá ai, já são muitos, é acho que a categoria é essa, que os agricultores familiares que tenham pelo menos um quintal. (Assis Batista – Membro da equipe da ACB, 2010)

Os quintais produtivos podem ser utilizados na unidade familiar como parte integrante de promover a alimento de qualidade. São desenvolvidos como forma de envolver toda familiar para adoção das práticas agroecológicas, buscando garantir a geração de renda. Os quintais produtivos expressam diversidade, utilizando essa

metodologia, como forma de envolver toda unidade familiar, marca maior da agricultura camponesa e são irradiadores da agroecologia nas comunidades.

Por fim, várias alternativas se destacam nas atividades com a agroecologia, que se caracteriza na agricultura camponesa a partir das suas próprias experiências e através da troca entre as famílias. O uso das práticas agroecológicas e os quintais produtivos tem influência direta sobre a segurança alimentar e nutricional e conseqüentemente qualidade de vida das famílias que trabalham nas práticas agroecológicas, garantindo a segurança alimentar e nutricional e geração de renda.

## **Conclusão**

Por meio da execução das atividades de escrita, entrevistas e diálogos com órgãos governamentais e não-governamentais e principalmente com os agricultores camponeses no município do Crato, podemos afirmar que, mesmo com os avanços na política de crédito do Estado ainda existe a necessidade de políticas públicas voltadas diretamente para esse setor da economia. Sendo essas políticas de caráter mais efetivo, e que de fato esteja ligada a realidade das famílias que moram no campo. O acesso ao Programa Nacional de Apoio e Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF ainda não é uma realidade para boa parte dos agricultores camponeses e suas famílias. A falta de oportunidade de geração de renda está ligada diretamente ao acesso a terra, que ainda permanece na titularidade de poucas pessoas que concentram: terras, recursos hídricos e conseqüentemente o crédito.

Com mais de 14 anos de criação, os gestores desse programa não conseguiam amortizar de maneira justa os dividendo da maioria dos agricultores camponeses que encontram dificuldades de quitarem seus débitos ao ponto de chegarem a vender animais de criação e legumes, assim comprometendo suas economias para não se tornarem inadimplentes junto aos Bancos. Nesse sentido, torna-se necessário uma readequação dessa política de crédito, levando em consideração melhores prazos e juros bem mais diferenciados.

Torna-se necessário mais apoio a inovação tecnológica em agroecologia e nas demais alternativas que se relaciona a essa nova estratégia de permanência no campo, com práticas e soluções para os mais diversos problemas enfrentados pelos agricultores camponeses como: fertilidade da terra, criação de animais pequeno porte (apicultura, avicultura etc..), bem como apoio aos quintais produtivos com a utilização de práticas

de captação d'água no período chuvoso, através de cisternas de placas e a utilização de mandalas na produção de alimentos.

### **Referências bibliográficas**

ANDRADE, Manoel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. São Paulo: Cortez. 7.ed., 2005.

\_\_\_\_\_. **Agricultura brasileira – transformações recentes** In: ROSS, I. (Org.) Geografia do Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

\_\_\_\_\_. **A Geografia das lutas do campo**. 5º ed. São Paulo: Contexto, 1993.

Coordenação Geral de Políticas Públicas do IPEA. **Planejamento e Políticas Públicas nº15- jun de 1997** Disponível em:<[http:// www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br) Acesso em: 26 fev. 2011.

**Experiências de reforma agrária no Cariri - Ceará XIX ENGA**, São Paulo, 2009.

MARCOS, Valéria de. Revista do Laboratório de Geografia Agrária, **Agroecologia e campesinato: uma nova lógica para a agricultura do futuro**. Geografia Humana da FFLCH/USP São Paulo, nº 7, 2007 p. 4-32.

MARTINS, J.de S. **Os camponeses e a política no Brasil**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA. **Sec. da Agricultura Familiar– SAF** Disponível em:<<http://www.mda.org.br>>. Acesso em: 03 mar. 2011.

OLIVEIRA, A.U. de. e MARQUES, M.I.M. (Orgs.) **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Ed. Casa Amarela; Paz e Terra, 2004. p.29-70.

PIANCÓ, A. R. D. e SILVA, J. J. **Assentamentos 10 de abril e serra verde:**

SCHNEIDER, Sérgio. **Agricultura Familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004 p.191.

SILVA, Judson Jorge da. **Assentamento 10 de abril em Crato (ceará): o sonho de um novo Caldeirão** Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária. Presidente Prudente, SP, 2005

SOUSA, Jânia Maria Pinho. **Avaliação do financiamento da Agricultura Familiar na produção, ocupação e renda**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2009 p.69

WANDERLEY, M.de N.B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro.** In: XX *Encontro Anual da ANPOCS*. GT 17. Processos Sociais Agrários. Caxambu, MG. Outubro, 1996. 34 p.